

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Lei nº 439/2000

De 26 de junho de 2000.

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001 e dá providências”.

A Câmara Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, Aprovou e eu Prefeito Municipal de Araguapaz, sancionará a seguinte Lei:

Art 1º - As diretrizes orçamentárias deste município para o exercício de 2001, obedecerá os critérios instituídos pela presente Lei.

AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Ficam estabelecida, para o Orçamento do Município, relativo ao exercício de 2001, as diretrizes gerais de que se trata este capítulo.

Art. 3º - A lei Orçamentária anual compreenderá:

I – O Orçamento Fiscal:

II – O Orçamento da Seguridade Social.

Art. 4º - A manutenção de atividades terá prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 5º - Não poderá ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões financeiras
- Transferências de capital

Art. 13º - O Poder Executivo publicará junto a Lei Orçamentária, os quadros de detalhamento das despesas, especificando projetos e atividades e os elementos da despesa.

Art. 14º - A Lei orçamentária anual será elaborada nos moldes estabelecidos pela Lei Federal 4.320/64 e será discriminada, no mínimo, por elementos de despesas.

Art. 15º - O montante do orçamento poderá ser atualizado monetariamente no primeiro mês do exercício financeiro, com base no último trimestre e no primeiro mês e cada trimestre subsequente, sempre com base nos últimos três meses.

Art. 16º - A Suplementação de dotações no orçamento de 2001, pelo Poder Legislativo e Executivo, poderá ser alterado o seu valor percentual do montante do mesmo, não podendo ser alterado o seu valor total, a não ser que haja excesso de arrecadação, criando, se necessário, elementos de despesas em cada projeto ou atividade, aplicando-se as disposições da Lei Federal 4.320/64.

Art. 17º - O Poder Executivo encaminhará proposta ao Legislativo Municipal, proposta de alteração do Plano Plurianual, objetivando incluir os projetos/atividades que porventura não estejam contempladas naquele plano.

Art. 18º - As operações de crédito, por antecipação de receita, serão objeto de autorização legislativa específica, na estrita obediência à legislação federal pertinente.

Art. 19º - As propostas de modificações ao projeto de Lei orçamentária para o exercício de 2001, somente serão aceitas caso não tenha sido ainda apreciados os pareceres das comissões permanentes da Câmara Municipal.

Art. 20º - O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do corrente exercício.

Art. 21º - A Câmara Municipal não entrará de recesso no término da sessão legislativa de final de ano enquanto não apreciar o projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2001.

Parágrafo Único – Como o projeto de lei orçamentária não seja aprovado e encaminhado para a sanção, em forma de autografo de Lei em 31 de dezembro e 2000, o chefe do Poder Executivo, no início do novo exercício, convocará extraordinariamente a Câmara Municipal para apreciar o projeto de lei respectivo a crédito adicional especial de meios.

Art. 22º - Esta Lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
ARAGUAPAZ, aos 26 dias do mês de junho de 2000.



ANTÔNIO ABADIA DE ASSUNÇÃO PINTO
Prefeito Municipal

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 439/00

Processo nº 11/00

Assunto: projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001

Autoria da Emenda: Comissão de Orçamento e Finanças.

Os Vereadores que esta subscrevem, membros da Comissão de Orçamento e Finanças, desta Câmara Municipal, vem apresentar, nos termos do Regimento Interno, a presente Emenda Modificativa, propondo alteração parcial do texto de alguns artigos do projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2001, de autoria do Poder Executivo, conforme instrumento anexo:


JUSTIFICATIVA:

Na análise da matéria a Comissão, pelos seus membros, entendeu necessárias alterações no texto de alguns artigos da propositura, como forma de assegurar à Câmara Municipal os poderes, que constitucionalmente a ela são devidos, sem macular o objetivo da matéria.

Na forma regimental desta Augusta casa Legislativa encaminhamos a presente Emenda.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Araguapaz-GO., de 12 de Junho de 2000.


Aderson de Moura e Silva
Presidente da Comissão


Claudio Roberto Fernandes
Secretário


Domingos Reis Ferraz de Lima
Membro

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 439/00

Processo nº 11/00

Assunto: projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001

Autoria da Emenda: Comissão de Orçamento e Finanças.

A Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Araguapaz-GO., propõe alteração dos artigos 8º, 17, 18, 19, 20, 21 e seu Parágrafo Único, do projeto de lei nº 439/00, conforme redação da saber:

“Art. 8º – A proposta orçamentária alocará recursos específicos para o Poder Legislativo de, no mínimo, oito por cento.”

“Art.17 – O Poder Executivo encaminhará proposta ao Legislativo Municipal, proposta de alteração do Plano Plurianual, objetivando incluir os projetos/atividades que porventura não estejam contempladas naquele plano.”

“Art.18– As Operações de Crédito, por antecipação de receita, serão objeto de autorização legislativa específica, na estrita obediência à legislação federal pertinente.”

“Art. 19 – As proposta de modificações ao projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001 somente serão aceitas caso não tenha sido ainda apreciados os pareceres das Comissões Permanentes da Câmara Municipal.”

“Art. 20 – O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do corrente exercício.”


“Art. 21 – A Câmara Municipal não entrará de recesso no termino da sessão legislativa de final de ano enquanto não apreciar o projeto de Lei orçamentária para o exercício de 2001.

Parágrafo Único – Como o projeto de lei orçamentária não seja aprovado e encaminhado para sanção, em forma de autógrafo de Li em 31 de dezembro de 2000, o chefe do Poder Executivo, no início do novo exercício, convocará extraordinariamente a Câmara Municipal para apreciar o projeto de lei respectivo a crédito adicional especial de meios.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Araguapaz-GO., 12 de junho de 2000.



Aderson de Moura e Silva
Presidente da Comissão



Claudio Roberto Fernandes
Secretário



Domingos Reis Ferraz de Lima
Membro

ESTADO DE GOIÁS
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAPAZ

Autografo de Lei nº. 439/2000, 23 de Junho de 2000.

**“ Dispõe sobre as Diretrizes
Orçamentárias para o Exercício
de 2001, e dá outras
providências”.**

A Câmara Municipal de Araguapaz, Estado de Goiás, aprovou e o Prefeito Municipal de Araguapaz, sancionará a seguinte Lei:

Art. 1º.- As diretrizes orçamentárias deste município para o exercício de 2001, obedecerá os critérios instituídos pela presente Lei.

AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. – Ficam estabelecida, para o Orçamento do Município, relativo ao exercício de 2001, as diretrizes gerais de que se trata este capítulo.

Art. 3º. – A lei Orçamentária anual compreenderá:

I – O Orçamento Fiscal;

II – O Orçamento da Seguridade Social

Art. 4º. – A manutenção de atividades terá prioridade sobre as ações de expansão.

Art. 5º. – Não poderá ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 6º. – O Orçamento fiscal abrangerá os poderes do município, seus fundos, órgãos e administração direta e indireta.

Art. 7º. – As despesas com pessoal e encargo sociais somente poderão Ter aumento real se houver dotação orçamentária suficiente e não poderão exercer os limites estabelecidos na Constituição Federal ou que estabelecida em Lei Complementar.

→ Art. 8º. – A proposta orçamentária alocará recursos específicos para o Poder Legislativo de, no mínimo, oito por cento.

CAPITULO III

de arrecadação, criando, se necessário, elementos de despesas em cada projeto ou atividade, aplicando-se as disposições

DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 9º. – O Orçamento de Seguridade Social abrangerá os órgãos e/ou unidade orçamentárias, inclusive fundos, fundações, autarquias e empresas públicas que atuem nas áreas de saúde e assistência social.

Art. 10º. – As receitas do Orçamento de Seguridade social compreenderão as transferências feitas pelo município, pelo Estado pela União, entidades públicas ou privadas, e contribuição sobre a folha de pagamento dos servidores.

Art. 11º. – Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas do setor.

CAPITULO IV

Art. 20º. – O projeto de lei orçamentária para o exercício de 2001, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do corrente exercício.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12º. – Na lei orçamentária par o exercício de 2001, a discriminação das despesas, para o orçamentos fiscais e de seguridade social, far-se-á conforme o seguinte desdobramento.

DESPESAS CORRENTES

- Despesas de Custeio
- Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Transferências de Capital

Art. 13º. – O Poder Executivo publicará junto a Lei Orçamentária, os quadros de detalhamento das despesas, especificando projetos e atividades e os elementos da despesa.

Art. 14º. – A Lei orçamentária anual será elaborada nos moldes estabelecidos pela Lei Federal 4.320/64 e será discriminada, no mínimo, por elementos de despesas.

Art. 15º. – O montante do orçamento poderá ser atualizado monetariamente no primeiro mês do exercício financeiro, com base no último trimestre e no primeiro mês e cada trimestre subsequente, sempre com base nos últimos três meses.

Art. 16º. – A Suplementação de dotações no orçamento de 2001, pelo Poder Legislativo e Executivo, poderá ser alterado o seu valor percentual do montante do mesmo, não podendo ser alterado o seu valor total, a não ser que haja excesso